

## GESTÃO COLABORATIVA DOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS

Rosângela Martins de Araujo Rodrigues<sup>1</sup>; Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo; <sup>2</sup> Universidade de São Paulo

rosangelamartins@alumni.usp.br

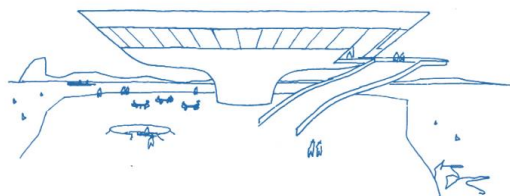
### 1. Introdução

Na temática deste projeto de pesquisa está implícita a questão do direito social ao lazer e ao turismo, que pode ser concretizado pelo uso público dos parques urbanos da cidade de São Paulo, como resultado de um processo pedagógico de participação e colaboração popular, como o mais recente paradigma de gestão e de pesquisa. Como contexto há a gestão dos parques públicos urbanos na cidade de São Paulo, realizada pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA. Dentre os colegiados para garantir a participação popular no planejamento, gerenciamento e fiscalização das atividades da secretaria estão os Conselhos Gestores, criados no ano 2003, regulamentados pela [lei nº 15.910](#) de 27 de novembro de 2013 (SÃO PAULO, 2020, ). Apesar de este órgão colegiado ser regulamentado, é possível observar que muitos parques não possuem Conselhos Gestores constituídos, principalmente por desinformação ou cultura de não participação política pelos cidadãos e cidadãs (RODRIGUES, 2019), o que corrobora com a proposta desta pesquisa em indicar uma pedagogia, que incentive e desenvolva a participação colaborativa na gestão dos parques públicos urbanos.

Gestão colaborativa dos parques públicos urbanos, como tema central, faz parte dos mais recentes enunciados e consiste no “novo paradigma” relativo à conservação colaborativa das áreas protegidas e da natureza, destacados por importantes fóruns, como o Seminário Valores Culturais da Natureza: Novos Desafios para Políticas Públicas de Conservação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, o Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPI e Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas - OPAP. (OPAP, 2020; MARETTI, 2019). São necessárias e possíveis as discussões acerca da gestão sob o paradigma da colaboração, sobre o que também se observa uma lacuna nas produções acadêmicas e da pesquisa científica que possam fundamentar tais reflexões e mudanças, o que se torna oportunidade para desenvolvimento deste estudo.

Se existe a proposta de mudança paradigmática para a gestão, também deve haver um aprendizado coletivo para o desenvolvimento de competências colaborativas, sustentadas pela participação social. Desta forma, é necessária a compreensão sobre quem são os sujeitos atores de determinados territórios, bem como as razões do controle social pelo espaço, que variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo ou o indivíduo. Também necessário compreender outros conceitos que colaboram com a construção de processos que favoreçam a governança participativa colaborativa, o desenvolvimento dos sujeitos para a participação política e a estruturação formal e legal de instrumentos que assegurem tais participações, além de outros mecanismos que sejam efetivos para concretizar a cooperação, a contribuição e

<sup>1</sup> Notas de rodapé: fonte estilo normal, corpo 10, entrelinhas simples, numeradas em algarismos arábicos e sobrescritos, alinhamento justificado.



escutas efetivas, que são ações praticamente sinônimas de colaboração. Neste sentido, a animação sociocultural também se revela como um caminho para alcançar os objetivos da democracia cultural e, assim, alicerçar uma política cultural em princípios da democracia, ao modo de viver em comunidade, ao compartilhamento de projetos socioculturais. (MARCELLINO et al, 2007; VENTOSA, 2016).

Esta pesquisa também se justifica por referenciar aos profissionais do lazer e do turismo um campo da gestão pública em plena mudança paradigmática e com oportunidades de intervenções profissionais. Fornecerá também subsídios à gestão pública com enfoque em dois principais parâmetros: subsídios pedagógicos para a participação e colaboração social e subsídios para a análise, revisão e construção de instrumentos de planejamento e gestão colaborativa de parques, que são aspectos sociais e políticos emergentes na atualidade.

Diante dos pressupostos considera-se as seguintes inquietações: quais as estratégias mais eficazes para engajamento à gestão colaborativa de parques públicos? Como promover a continuidade de ações previstas nos planos diretores dos parques públicos urbanos? Uma pedagogia para a formação e autoformação fomenta maior adesão aos conselhos gestores e a sua constituição nos parques públicos? Quais instrumentos ou ações, devem ser implementados, com quais critérios, para que os Conselhos Gestores estejam preparados para a gestão colaborativa?

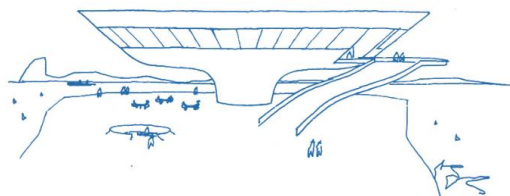
Contribuir para consolidação do conceito de gestão colaborativa com proposição de formação política dos sujeitos para atuação deliberativa em conselhos gestores, considerando o contexto e especificidades dos territórios é o objetivo geral da presente pesquisa, cujo processo de construção ocorrerá na construção dos objetivos específicos como, a) entender a gestão colaborativa como processo de atuação da sociedade civil voluntária e organizada, na gestão de parques públicos da cidade de São Paulo para consolidar a função contínua e deliberativa; b) construir uma pedagogia transdisciplinar para os conselhos gestores de parques e para fomento da participação cidadã colaborativa na gestão dos parques públicos urbanos da cidade de São Paulo; c) explicar (ou avaliar) critérios para o desenvolvimento do plano diretor de parques públicos urbanos, considerando as especificidades territoriais e as formas de participação e comunicação com os municípios, para inovações mais duradouras; e d) analisar o posicionamento dos parques públicos urbanos como conectores dos direitos sociais e impulsionadores de formas democráticas e educativas para se viver, transitar e visitar a cidade de São Paulo.

## 2. Revisão de Literatura

2.1. Turismo como uma área transdisciplinar, se sustenta na interpretação da cidade como direito, em um contexto de identidades e de inter-transculturalidades, que ocorrem por meio da educação não-formal (MELO et al, 2015).

2.2. Gestão pública colaborativa, bem como lazer e a educação não-formal, são contribuições para compreensão da cidade como um lugar para se viver, garantir os direitos cidadãos fundamentais e acolher as pessoas que queiram usufruir de experiências interculturais na cidade, onde se insere a discussão dos parques públicos (PACHECO e RAIMUNDO, 2014).

<sup>1</sup> Notas de rodapé: fonte estilo normal, corpo 10, entrelinhas simples, numeradas em algarismos arábicos e sobrescritos, alinhamento justificado.



2.3. Planejamento e gestão do uso dos parques públicos urbanos deve implicar na participação da sociedade para que se estabeleça o valor de uso da cidade. A partir desta visão as vozes e demandas de seus habitantes são valorizadas e fundamentais. (LEFEBVRE, 1999; CARLOS e RIZEK, 2022).

2.4. O conceito de conservação colaborativa preconiza uma conservação realizada por vários processos sociais e que os resultados e impactos positivos e duradouros ocorram fundamentalmente a partir do envolvimento de diferentes atores sociais (MARETTI, 2019).

2.5. Além da natureza transdisciplinar, parece adequado para a ação de formação de sujeitos para a participação política, imprimir conceitos da complexidade e da transculturalidade, com a perspectiva de estabelecer a autoformação, a heteroformação e a ecoformação neste contexto (GALVANI, 2000a; 200b; MATURANA e VARELA, 2001; MORAES, 2003; PINEAU, 2006; CELANO e GUERRINE, 2008; MORIN, 2015).

2.6. Compreensão sobre os parques urbanos como importantes conectores de territórios e de culturas, em que prevalece o potencial de lazer, de forma a criar um fluxo de direitos para os cidadãos e cidadãs moradores e visitantes das cidades deve tratar também de imergir no conceito de multiterritorialidade para fundamentar os mecanismos de conectividade (HAESBAERT, 2003).

### 3. Metodologia

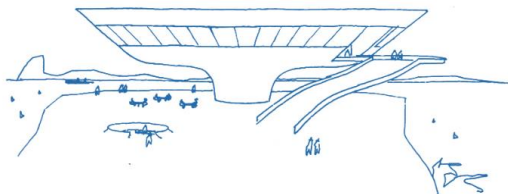
Estudo de natureza qualitativa caracterizado pela finalidade exploratória. O contexto multifacetado e dinâmico do tema preconiza a teoria da complexidade como paradigma de pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008; 2010; MORIN, 2015)

#### 3.1. *Procedimentos e instrumentos*

Revisão de literatura para investigação dos temas: gestão participativa e colaborativa, multiterritorialidade, parques públicos urbanos, formação, eco-formação e educação transdisciplinar e transcultural e pensamento complexo (GIL, 2010).

- a) Pesquisa documental, considerará as experiências de formação e participação registradas nas atas dos conselhos gestores de Parques, a Legislação e documentos técnicos de gestão da SVMA e os documentos que retratam a participação ou colaboração social, como os Planos Diretores de Parques e Eleições de Conselhos Gestores. (TOZONI-REIS, 2009).
- b) Pesquisa de campo se faz necessária por possibilitar a obtenção de dados das experiências vivenciadas pelos conselhos gestores em formação, utilizando-se técnicas e instrumentos, como: as **entrevistas**, que são relevantes na medida em que registram os enunciados dos participantes nas experiências de formação, a **observação participante** nas reuniões de conselhos. Entrevistas serão gravadas e para a observação-participante o uso de um diário de campo onde serão registradas as formas de participação e temas nas reuniões de conselhos gestores. Ambos os materiais serão tratadas pela Técnica de Análise de Conteúdo Temático. (BARDIN, 2010; TOZONI-REIS, 2009).
- c) Pesquisa-participante – Focalização e mediação, realizadas pela pesquisadora, nas experiências para implementação da formação centrada na pedagogia transdisciplinar e na animação sociocultural, enquanto participante de um conselho gestor. Neste

<sup>1</sup> Notas de rodapé: fonte estilo normal, corpo 10, entrelinhas simples, numeradas em algarismos arábicos e sobrescritos, alinhamento justificado.



procedimento é possível desenvolver a pesquisa para mediar um processo pedagógico, ou seja, a pesquisa constituir-se em processo educativo para pesquisadores e pesquisadora ((TOZONI-REIS, 2009; ADAMS e MORETTI, 2011).

### 3.2. *População e amostra*

Para a pesquisa-participante, nas experiências de formação em gestão colaborativa, será composta por sujeitos, membros(as) ou não dos conselhos gestores de parques urbanos da cidade de São Paulo.

Na pesquisa de campo, para análise da participação social, a população será formada por membros (as) de dois conselhos gestores, intencionalmente escolhidos, cujas reuniões serão acompanhadas durante os dois de vigência da eleição.

### 3.3. *Organização da tese*

Propõe-se o Modelo Escandinavo (NASSI-CALÒ, 2016), que pode contribuir para as inovações pretendidas, tanto no campo teórico quanto nas emergências da sociedade em diferentes territórios.

## 4. Conclusões preliminares

As pesquisas em andamento, tanto de campo quanto teóricas apontam, para a relevância da presente tese, bem como viabilidade de alcançar os objetivos específicos e geral. A experiência de campo, com a proposta de observar de forma participativa indica a necessidade de procedimento mais contundente, oferecido pela pesquisa-ação. Desta forma, muito provavelmente a metodologia será revisada e este procedimento melhor delineado. Outro aspecto descoberto do meio do caminho é o paradigma de pesquisa, na teoria da complexidade, já agregado ao projeto, devendo ser aprofundado. De acordo com o cronograma proposto, é precoce pensar em conclusões ainda que preliminares.

## 5. Referências bibliográficas

ADAMS, T. MORETTI, C. Z. (2011). Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em 03/10/2021.

BARDIN (2011), L. *Análise de conteúdo* (Edições 70). Lisboa. Portugal.

CARLOS, A. F. A., RIZEK, C. S. (2022) (Org.). *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade* [recurso eletrônico] – São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/893/809/2955>. Acesso em 03/12/2022.

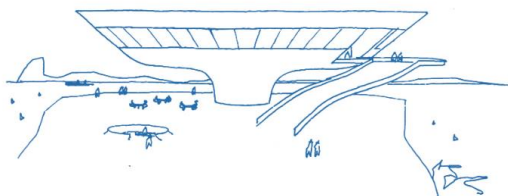
CELANO, S., GUERRINI, I. A. (2008) *Mãos que tocam a alma*. São Paulo: TRIOM.

GALVANI, P. (2000a) *Accompagner l'autoformation, une démarche et ses variantes didactiques, pratique et symbolique, dans Nouvelle Revue de l'AIS*, éd. Centre National de Suresnes.

\_\_\_\_\_. (2000b) *Apprendre enfin des indiens : une ouverture sur l'expérience transculturelle*, dans Marie Guyart de l'Incarnation, un destin transocéanique collectif GUIART, Paris & Montréal : L'Harmattan. GARDET Louis & LACO.

<sup>1</sup> Notas de rodapé: fonte estilo normal, corpo 10, entrelinhas simples, numeradas em algarismos arábicos e sobrescritos, alinhamento justificado.





- GIL, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- \_\_\_\_\_.(2010) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- HAESBAERT, R. (2003). *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003. <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>
- LEFEBVRE, H. (1999) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MARCELLINO, N. C., SAMPAIO, T. M. V., BARBOSA, F. S., MARIANO, S. H.(2007) *Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas*. Curitiba, PR: OPUS.
- MARETTI, C. (2019) C. *Valores culturais e conservação colaborativa (inclusive perspectivas pessoais e internacionais)*. Seminário Valores Culturais da Natureza: Novos Desafios para Políticas Públicas de Conservação. ICMBio [https://www.researchgate.net/publication/334279544\\_Valores\\_culturais\\_e\\_conservacao\\_colaborativa\\_inclusive\\_perspectivas\\_pessoais\\_e\\_internacionais](https://www.researchgate.net/publication/334279544_Valores_culturais_e_conservacao_colaborativa_inclusive_perspectivas_pessoais_e_internacionais).
- MATURANA, H. R., VARELA, F. J. (2001) *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena.
- MORAES, Maria Cândida. (2003) *Educar na biologia do amor e da solidariedade*. Petrópolis: Vozes.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*.(2015) 5ª Ed. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- MELO, C. G., RIBEIRO, T., PACHECO, R., RODRIGUES, J. (2015) *Programas públicos de atividade física e lazer em espaços não formais de educação: comparando as experiências das cidades de Valinhos/SP e Jundiaí/SP*. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 83-100.
- NASSI-CALÒ, Lilian. (2016) *Teses e dissertações: pros e contras dos formatos tradicional e alternativo* [online]. *SciELO em Perspectiva*. <https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/>
- OPAP - Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas. Carta Aberta – Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 13, n.2, mai-jul 2020, pp. 435-441.
- PACHECO, R. T. B., RAIMUNDO, S. (2014) Parques urbanos e o campo de estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisas. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v.1, n.3, p.43-66.
- PINEAU, G. (2006) As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 329-343..
- RODRIGUES, R. M. A. (2019) *Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório. <https://doi.org/10.11606/D.100.2019.tde-04062019-102540>.
- TOZONI-REIS, M. F. de C. (2009) *Metodologia da Pesquisa*. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A..
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987) *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas.

<sup>1</sup> Notas de rodapé: fonte estilo normal, corpo 10, entrelinhas simples, numeradas em algarismos arábicos e sobrescritos, alinhamento justificado.